

AIG EUROPE DISPONIBILIZA SEGURO PARA EXPATRIADOS

A AIG Europe alargou a todas a sua rede de corretores a venda do Expatriate Care, que permite às empresas assegurar a protecção dos seus colaboradores expatriados.

O produto estava a ser comercializado em Portugal desde o final do ano passado, numa rede de parceiros seleccionada, e terá até ultrapassado as expectativas da AIG Europe, que agora alarga a sua comercialização.

O Expatriate Care disponibiliza um capital de 2 milhões de euros por pessoa para despesas médicas, onde estão incluídos os transplantes de órgãos, as pandemias, can-

cro de SIDA. A estas despesas médicas, a solução junta as coberturas de repatriamento, evacuação por motivos políticos, assistência jurídica, acidentes pessoais, responsabilidade civil pessoal e anda coberturas para viagens de lazer, para a propriedade privada e de bens pessoais do expatriado, extensíveis ao agregado familiar residente no estrangeiro.

A protecção dos expatriados é assunto que preocupa actualmente muitas empresas com projectos de internacionalização em curso. Nuno Noronha, responsável da AIG Europe por esta solução, acredita que ela poderá também fun-

cionar como aliciante para desafi- ar colaboradores a assumir mis- sões no estrangeiro. “Por termos uma rede convencionada de pres- tadores de cuidados de saúde em todo o mundo conseguimos dar uma resposta muito eficiente às necessidades dos nossos clientes, podendo, a todo o momento, adap- tar a dimensão da nossa rede às necessidades de novos clientes”, salienta Nuno Noronha.

O preço do seguro Expatriate Care é calculado em função do nú- mero de expatriados, da idade dos colaboradores em causa, o país de destino e as coberturas incluídas na apólice.

LEGISLAÇÃO



Norma nº 6/2009 - R, de 16 de Abril
Adapta as Condições Mínimas de Seguros Obrigatórios de Responsabilidade Civil ao Regime Jurídico do Contrato de Seguro

Circular nº 7/2009, de 23 de Abril
Orientação Técnica - Desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das empresas de seguros

Norma nº 7/2009 - R, de 14 de Maio
Altera a Norma Regulamentar n.º 16/2007-R, de 20 de Dezembro, que regulamenta o regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel

Consulta Pública N.º 1/2009
Anteproposta de transposição para o ordenamento jurídico português

da Directiva 2007/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro de 2007, que altera a Directiva 92/49/CEE do Conselho e as Directivas 2002/83/CE, 2004/39/CE, 2005/68/CE e 2006/48/CE no que se refere a normas processuais e critérios para a avaliação prudencial das aquisições e dos aumentos de participações em entidades do sector financeiro

Consulta Pública N.º 2/2009
Projecto de Norma Regulamentar - Mecanismos de governação no âmbito dos fundos de pensões - Gestão de riscos e controlo interno

Consulta Pública N.º 3/2009
Projecto de Norma Regulamentar - Conduta de Mercado

GROUPAMA APOSTA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A GROUPAMA Seguros lançou um seguro de saúde para as micro e pequenas empresas com quatro ou mais trabalhadores. O “PME Saudável” comparticipa despesas médicas e disponibiliza serviços de assistência para os colaboradores das empresas subscritoras.

Com três planos de garantias e diferentes capitais, o PME Saudável chega às micro e pequenas empresas nas versões Basic, Medium e Plenus. Desta forma, os colaboradores acedem a uma rede convencionada de médicos e paramédicos, além de descontos em serviços de saúde e bem-estar, como as termas ou os health clubs. Para as empresas, o prémio de seguro é dedutível em sede de IRC e a disponibilização destas coberturas pode funcionar como complemento salarial para os seus colaboradores.

Com o lançamento do PME Sau-

dável, a Groupama reforça em Portugal a sua aposta no seguro de saúde, onde já vinha operando no mercado empresarial e de particulares. “Num mercado com um crescimento anual médio superior a 10% na última década, o PME Saudável vem responder a uma necessidade iminente do mercado português, sendo que mais de 95% do tecido empresarial é composto por pequenas e médias empresas e a oferta de soluções de saúde para este ‘target’ é ainda insuficiente”, refere a companhia, em comunicado.

É precisamente no ramo Doença que a Groupama Seguros detém a sua maior quota de mercado no Ramo Não Vida.

Em Abril, a Groupama registava já um crescimento na ordem dos 20% face à sua produção homóloga de 2008 e é intenção da seguradora incrementar esse crescimento face ao ano anterior no segmento de seguros de saúde.

VIRTUDES E LIMITAÇÕES DOS SEGUROS DE SAÚDE



CATARINA CÂMARA E FREITAS

Administradora da Costa Duarte - Corretor de Seguros, SA
catarina.freitas@costaduarte.pt

O SEGURO de Saúde tem sido aquele que mais tem crescido e desenvolvido nos últimos anos em Portugal. Num contexto global de uma ausência de crescimento do mercado dos seguros Não Vida, o Seguro de Saúde tem sobressaído apresentando um acréscimo médio da ordem dos 10% durante os últimos cinco anos. Já representa actualmente mais de 10% do mercado Não Vida e abrange uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas seguras.

Como se explica este crescimento?

Esta expansão deve-se fundamentalmente às crescentes dificuldades dos sistemas de saúde públicos em responder devidamente em relação a alguns cuidados médicos. Por outro lado, existe também uma crescente preocupação da população em geral com os cuidados de saúde. Neste quadro, o mercado segurador tem respondido com uma oferta permanentemente renovada e versátil, bem como, com a criação e expansão de redes convencionadas de prestadores de serviços médicos privados garantindo um atendimento de elevada qualidade.

Os seguros de saúde poderão vir a ser

uma alternativa ao Serviço Nacional de Saúde?

Estes seguros têm uma indiscutível capacidade de alargar e melhorar os cuidados de saúde prestados, funcionando, não como uma alternativa integral ao SNS, mas como uma opção válida em relação a certos cuidados que este não assegura com a qualidade e prontidão exigíveis.

Que tipos de coberturas são possíveis contratar?

Existem grandes variações na abrangência dos contratos de seguro de saúde disponíveis no mercado. Existem contratos que se limitam a uma só cobertura, como hospitalização ou estomatologia, e outros, de âmbito mais alargado, que cobrem ainda a assistência ambulatoria, bem como outras garantias complementares.

Há que ter atenção também aos limites de capital estabelecidos por cobertura e por anuidade do contrato onde se observam variações significativas.

Quais são, então, as principais limitações deste seguro?

Por um lado e desde logo a existência de um limite de idade. Os seguros de saúde disponíveis no nosso mercado são contratos anuais renováveis e, na maioria das situações, o seguro deixa de ser renovado a partir dos 70 anos de idade da pessoa segura.

Por outro lado, ainda são muitas as situações clínicas graves que não estão abrangidas pelos seguros de saúde. Sem querer ser exaustiva mas a título exemplificativo, são normalmente excluídas as patologias resultantes do vírus HIV, hemodiálise, transplantes de órgãos e suas implicações, cirurgias destinadas a corrigir erros de refração da visão entre outras.

E quanto às Pandemias?

Estão também fora do âmbito do seguro de saúde as doenças infecto-contagiosas, quando em situação de epidemia declarada pelas autoridades

des de saúde, como é o caso mais recente da gripe suína.

De que modalidades de seguros de saúde se está a falar?

Existem apólices de seguro de saúde individuais dirigidas às famílias e apólices de seguro de grupo subscritas por empresas a favor dos seus colaboradores. Estas últimas abrangem mais de metade do total de população segura em Portugal.

Quais as vantagens para as empresas na implementação de um seguro de saúde a favor dos seus colaboradores?

Antes de mais é uma atitude reveladora de grande responsabilidade por parte da empresa atribuir um seguro de saúde aos seus colaboradores e/ou aos seus agregados familiares proporcionando-lhes o acesso ao sistema privado de saúde. É também um benefício social cada vez mais valorizado.

Com isto a empresa introduz mais um mecanismo para a satisfação, motivação e consequente retenção dos seus colaboradores.

Existem benefícios fiscais?

Os prémios de seguros de saúde são dedutíveis para efeitos de IRS mas estão sujeitos a limites dedutíveis relativamente baixos.

Aliás, esta situação é incompreensível, uma vez que têm um tratamento fiscal menos favorável do que quaisquer outras despesas privadas com a saúde.

Em termos de IRC, os prémios pagos pelas empresas relativos a seguros de saúde podem ser aceites como custo do exercício, desde que o seguro abranja a generalidade dos colaboradores com um plano de coberturas objectivo e idêntico para todos.

No desenho e implementação de um seguro de saúde, e para que este se enquadre na legislação optimizando os benefícios fiscais, o empresário deverá procurar aconselhamento junto de especialistas nestas matérias.

CAIXA SEGUROS VAI RECOMENDAR OFICINAS DA ANECRA

AS SEGURADORAS da Caixa Seguros, do grupo Caixa Geral de Depósitos, vão passar a incluir as empresas de reparação automóvel associadas da ANECRA na sua rede de reparadores recomendados, em caso de sinistro automóvel.

A decisão foi anunciada pela própria Caixa Seguros, que assinou um protocolo com a ANECRA, estabelecendo, precisamente, as condições em que essa parceria se estabelece, definindo práticas a seguir pelas oficinas aderentes, bem como práticas a adoptar pela Fidelidade Mundial, Império Bonança e OK! TeleSeguro.

O protocolo assinado pela Caixa Seguros e pela ANECRA prevê que as oficinas aderentes aceitem o recurso à reparação de peças danificadas, em detrimento da sua substituição, sem-

pre que tal seja recomendado por um perito.

As seguradoras poderão ainda enviar técnicos para acompanhar a reparação dos veículos sinistrados e deverão efectuar os pagamentos directamente às oficinas num prazo de 30 dias após a recepção da factura.

Com a assinatura do protocolo, a Caixa Seguros e a ANECRA colocam um ponto final no diferendo que há anos vinha sendo manifestado pelas duas partes, tendo as empresas reparadoras contestado a alegada discriminação da Caixa Seguros na escolha de entidades recomendadas para a reparação dos sinistros automóvel.

Este entendimento teve a chancela do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, que apadrinhou a cerimónia de assinatura.